

**PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.802.925 - RS (2019/0068654-5)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES**  
**REQUERENTE : UNIÃO**  
**REQUERIDO : LUIZ BENETTI BOGONI**  
**ADVOGADOS : LUÍS ALFREDO TARTARI - RS037595**  
**JOVANI MIOLA - RS038868**  
**GARDEL PÉRTILE - RS061148**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**INTERES. : FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI**

### **DECISÃO**

A UNIÃO apresenta, nos termos do art. 1.037, § 9º, do CPC/2015, Requerimento de Distinção – *distinguish* – em face de decisão que determinou o sobrestamento do Recurso Especial, tendo em vista o reconhecimento repercussão geral da matéria pelo STF (RE 1.017.365/SC, Rel. Ministro EDSON FACHIN).

Alega a peticionária que o sobrestamento foi equivocado, pois:

"Ocorre que, no caso em análise, foram apresentados três recursos especiais, sendo que o apelo da União trouxe apenas a alegação de violação aos artigos 141, 485, inciso VI e § 489, § IV, 492, 557, 558, 560 e 1.022,1 e II, do CPC/2015; 1210, § 2º do Código Civil; 1º, 2º, 3º e 4º do Anexo I do Decreto nº 4.654/2003 (substituído pelo Decreto nº 7.778/12); 5º, IV, do Decreto-lei nº 200/1967 c/c I a VII, da Lei nº 5.371/1967, 34 e 35 da Lei nº 6.001/73. Nas razões recursais, sustentou a nulidade do acórdão do TRF, em razão do vício da omissão, bem como a sua ilegitimidade passiva para a demanda.

Vale dizer, **o recurso especial da União em nenhum momento buscou discutir a caracterização da área como de ocupação tradicional indígena**, como será analisado pelo STF no Recurso Extraordinário n. 1.017.365/SC. Na verdade, **o apelo da União teve por objeto tão somente a sua ilegitimidade passiva e a nulidade do acórdão por vício de omissão**.

Vê-se, portanto, que a questão trazida à análise do STJ no recurso especial interposto pela União é diversa daquela que será analisada pelo STF (tema 1.031), eis que o seu recurso especial versa tão somente sobre a sua ilegitimidade passiva. Tal distinção inclusive já foi feita nos autos do REsp 1420703/RS (2013/0385996-2).

Ademais, **entende a Primeira Seção do STJ que a determinação de sobrestamento deve ser excepcionada quando o recurso**

**especial versar sobre questões alheias ao tema que será analisado sob a sistemática de repercussão geral**, nos termos do Enunciado n. 126 da II Jornada de Direito Processual Civil/CJF (EDCL na QO no REsp 1.328.993/CE).

Desse modo, por não haver discussão no Recurso Especial da União acerca do tema enfrentado pelo STF no Recurso Extraordinário n. 1.017.365/SC, não subsiste qualquer fundamento para o seu sobrestamento na origem" (fl. 554e).

A irresignação não merece acolhida.

Com efeito, sobrestado o Recurso Especial de uma das partes, a análise das demais questões controvertidas só pode ocorrer após o julgamento e publicação dos recursos afetados, **uma vez que ainda não esgotada a jurisdição do Tribunal a quo**.

Assim sendo, os autos devem ser encaminhados ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para que aguarde o exaurimento de todas as questões a serem analisadas pela instância de origem, nos termos dos arts. 1.040 e 1.041, § 2º, do CPC/2015.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA QUE FRAGMENTOU O JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL, APRECIANDO A IRRESIGNAÇÃO DA UNIÃO, NO MÉRITO, E DETERMINANDO A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM, QUANTO À APLICABILIDADE DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97, NA REDAÇÃO DA MP 2.180-35/2001 E DA LEI 11.960/2009, POR SE ENCONTRAR TAL QUESTÃO AFETADA AO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS (ART. 543-C DO CPC/73). PENDÊNCIA DE JULGAMENTO DE RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, NO QUAL SE DISCUTE QUESTÃO IDÊNTICA. IMPOSSIBILIDADE DE QUALQUER ANÁLISE DO RECURSO ESPECIAL, PELO STJ, ENQUANTO NÃO ESGOTADA A JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. ART. 543-C DO CPC/73. ARTS. 1.040 E 1.041, § 2º, DO CPC/2015. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO, PARA ANULAR A DECISÃO AGRAVADA E DETERMINAR A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM.

I. Agravo Regimental interposto contra decisão do Relator que, ao apreciar, monocraticamente, o Recurso Especial interposto pela UNIÃO, negou provimento ao recurso, quanto ao mérito,

'determinando, ainda, o sobrestamento da questão dos consectários legais na origem', referente aos juros de mora, porquanto a matéria relacionada à aplicabilidade do art. 1º-F da Lei 9.494/97, na redação da Medida Provisória 2.180-35/2001 e da Lei 11.960/2009, foi afetada, no STJ, para julgamento segundo o rito dos recursos representativos de controvérsia, previsto no art. 543-C do CPC/73 - Tema 905, REspS 1.492.221/RS, 1.495.144/RS e 1.495.146/MG, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES (DJe de 11/11/2014) -, encontrando-se, ainda, pendente de apreciação.

II. A reforma processual implementada pela Lei 11.672/2008, que introduziu o art. 543-C do CPC/73, trazendo nova sistemática de processamento dos recursos especiais, diante da multiplicidade de recursos fundados em idêntica questão de direito, ao instituir mecanismos de julgamento uniforme de recursos repetitivos, além de constituir-se em alteração legislativa direcionada a melhor satisfazer o princípio da celeridade e da razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII, da CF/88), diminuindo o acúmulo de feitos, no STJ, buscou oportunizar o julgamento uniforme de recursos, fundamentados em uma mesma controvérsia de direito, assegurando, de outro lado, a observância dos princípios da isonomia e da segurança jurídica.

**III. O processamento do recurso especial, diante de demandas repetitivas, caracteriza-se pelo represamento da subida dos recursos, enquanto pendente o julgamento, em única e definitiva manifestação, pelo STJ, da questão controvertida, a fim de que, após, essa orientação seja aplicada pela própria instância de origem, em todos os recursos especiais pendentes, sem a necessidade de os autos subirem ao STJ.**

IV. O novo Código de Processo Civil (Lei 13.105, de 2015), em vigor desde 18/03/2015, prestigiou o mecanismo de julgamento de recursos repetitivos, na hipótese de multiplicidade de recursos, com fundamento em idêntica questão de direito.

V. Em regra, cabe ao Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal de origem constatar a existência desses recursos repetitivos, selecionar um ou mais, que serão admitidos, como representativos de controvérsia, e encaminhados ao STJ, ficando os demais sobrestados, no Tribunal de origem.

VI. No entanto, no âmbito do STJ, consoante precedente desta Corte, 'em razão das modificações inseridas no Código de Processo Civil pelas Leis 11.418/2006 e 11.672/2008 (que incluíram os arts. 543-B e 543-C, respectivamente), não há óbice para que o Relator, levando em consideração razões de economia processual, aprecie o recurso

especial apenas quando exaurida a competência das instâncias ordinárias' (STJ, AgRg no AREsp 153.829/PI, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/05/2012).

**VII. O Recurso Especial é único, não devendo ser apreciado de forma fragmentada ou fracionada, pelo STJ, a quem cabe o julgamento do recurso apenas quando esgotada a jurisdição do Tribunal de origem. Se há questão pendente de análise, por estar afetada ao rito dos recursos repetitivos, ainda há jurisdição a ser prestada, pelo Tribunal *a quo*, antes do exame do recurso, pelo STJ.** Precedentes (STJ, AgRg nos EDcl no REsp 1.372.363/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/06/2014).

**VIII. O novo Código de Processo Civil determina a observância de certa ordem, no julgamento de questões afetadas à sistemática dos recursos repetitivos, quando, inicialmente, estabelece, no art. 1.030, III, do CPC/2015, que, versando o recurso sobre controvérsia de caráter repetitivo, ainda não decidida pelo STJ, o Presidente ou Vice-Presidente sobreste-o, na origem.**

**IX. O art. 1.041, § 2º, do CPC/2015 consagra, mais uma vez, essa ordem, no julgamento das questões - quando o recurso tratar de mais de uma questão controvertida -, devendo, primeiramente, ficar sobrestado o recurso, em virtude de uma delas encontrar-se afetada, pelo rito dos recursos repetitivos. Em seguida, após o pronunciamento definitivo da Corte Superior e esgotado o tema, objeto de recurso repetitivo, na instância de origem - inclusive quando o acórdão de 2º Grau divergir do julgado do STJ, em recurso repetitivo, ocasião em que a Corte *a quo* reapreciará a questão, mantendo o seu entendimento anterior ou reformando-o -, aí sim, o Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal de origem examinará a admissibilidade das demais matérias, igualmente impugnadas no Recurso Especial, podendo até, se for o caso, admiti-lo, independentemente de ratificação da irresignação, pela parte recorrente.**

**X. Ainda que a matéria afetada à sistemática dos recursos repetitivos trate de questão referente aos consectários legais da condenação, o Recurso Especial não deve ser apreciado pelo STJ, quanto ao mérito, devendo os autos ser devolvidos à origem, para que, após a publicação do acórdão representativo**

da controvérsia, o recurso, nos termos do art. 1.040 do CPC/2015: (a) tenha seguimento negado, no que respeita ao art. 1º-F da Lei 9.494/97, caso o acórdão recorrido se harmonize com a orientação proferida pelo Superior Tribunal de Justiça; ou (b) tenha novo exame, pelo Tribunal de origem, caso o acórdão recorrido divirja do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça. Apenas depois de atendidos os procedimentos referentes aos recursos repetitivos, no Tribunal de origem, devem as demais questões, objeto do recurso especial, ser analisadas por esta Corte, em face da disposição do art. 1.041, § 2º, do CPC/2015.

XI. Agravo Regimental provido, anulando-se a decisão agravada e determinando-se a devolução dos autos à origem, a fim de que seja observado o rito previsto no art. 1.040 do CPC/2015" (STJ, AgRg no REsp 1.319.193/PB, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Rel. p/ Acórdão Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/02/2017).

Ante o exposto, **indefiro** o pedido formulado pela UNIÃO.

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora